

Regulamento dos Critérios Santos Populares da Freguesia de São Vicente

Licenciamento das Ocupações Temporárias do Espaço Público
para o Período dos Santos Populares

1 - Âmbito

- Os presentes critérios regem a ocupação temporária do espaço público, no período dos Santos Populares, na freguesia de São Vicente.

2 - Âmbito Geográfico

- As áreas territoriais abrangidas são as da Freguesia de São Vicente.
- As ocupações solicitadas, devem ser avaliadas caso a caso, respeitando sempre o disposto no Regulamento do Mobiliário Urbano e da Ocupação do Espaço Público, Edital 101/91 de 1 de Abril.
- Quanto à emissão de ruído, as ocupações devem encerrar às 00.00 horas, com as seguintes exceções:
 - Noite de 12 para 13 - pode haver emissão de ruído até às 4.00H de dia 13;
 - 6ª Feiras, Sábados e vésperas de feriado - Pode haver emissão de ruído até às 2.00H da manhã;
 - De 2ª a Sexta-feira e aos Domingos - Só pode haver música ambiente, sem banda de música ao vivo.
- Em todos os casos, as colunas de amplificação sonora devem ficar posicionadas de modo a que o som seja direcionado para áreas não habitacionais.
- Horário para montagem e desmontagem das estruturas da ocupação temporária do espaço público licenciada:
 - Montagem: das 09.00 horas às 18.00 horas do primeiro dia de ocupação.*
 - Desmontagem: das 04.00 horas às 09.00 do último dia de ocupação.
- As ocupações que se localizem em frente a estabelecimentos só podem fazer a montagem das estruturas após o horário de fecho dos mesmos. Desta forma, terão de proceder à desmontagem das estruturas antes do início do horário de abertura.

3 - Definições

- Ocupação Temporária – concessão de utilização do espaço público por período determinado de tempo (domínio publico municipal);
- Mobiliário Urbano – todo o elemento ou conjunto de elementos que mediante instalação total ou parcial no espaço público, se destine a venda de produtos, designadamente: esplanadas, bancas, carrinhos, fogareiros, roulottes, assim como outros elementos de apoio.

4 - Ocupação Temporária do Espaço Público

- A ocupação do espaço público assiste a coletividades; associações legalmente constituídas; grupos de moradores e outras pessoas coletivas ou em nome individual, que apresentem pedido de licenciamento nos termos em vigor exigidos.

5 - Procedimento

- Os interessados na ocupação do espaço público devem apresentar as suas candidaturas para efeito do respetivo licenciamento no balcão de atendimento da Junta de Freguesia de São Vicente - situado na Rua das Josefa de Óbidos, nº 5- 1º andar, nos seguintes períodos:
- 1ª Fase: 9 abril a 20 abril – Moradores e restauração local;
- 2ª Fase: 23 abril a 4 de maio – Público em geral.
- O processo de candidatura deve conter indicação por ordem preferencial de três possíveis localizações bem como os seguintes elementos:
- Requerimento;
- Cópia do documento de identificação civil e fiscal do requerente;
- Comprovativo de legitimidade dos estabelecimentos locais (para os espaços junto aos seus estabelecimentos);
- Planta de Localização/implantação contendo o equipamento ou estrutura a colocar
- Cópia da Certidão comercial com o código de acesso em caso de ser empresa.
- Os lugares a disponibilizar para o público em geral serão aqueles que não foram atribuídos no primeiro período de candidaturas para residentes e comerciantes locais.

6 - Condicionantes

- As ocupações temporárias para o período dos Santos Populares encontram-se sujeitas ao prévio licenciamento pela Junta de freguesia de São Vicente.
- Todo o licenciamento da ocupação do espaço público estará condicionado aos planos de evacuação da Proteção Civil e aos cortes de Trânsito efetuados pela Policia Municipal e Policia de Segurança Publica.
- A existência de imóveis em mau estado de conservação, de andaimes e outros eventuais obstáculos instalados no espaço público, constituem impedimento à ocupação do espaço público.
- As ocupações previstas para locais de estacionamento ficam condicionadas à disponibilidade do local.
- As ocupações devem enquadrar-se nas características do espaço e envolvente.
- O acesso a boca-de-incêndio, assim como às caixas de eletricidade e gás, deverá estar sempre liberto, pelo que constituem impedimento à ocupação no espaço imediatamente adjacente às mesmas.

7- Limites físicos

- Todas as ocupações devem restringir-se às áreas indicadas, como passíveis de ocupação.
- Todas as ocupações devem deixar desimpedida a faixa de rodagem das vias de circulação prioritária para veículos de emergência.
- Nas vias de circulação exclusivamente pedonais deve sempre deixar-se um espaço livre entre o limite da ocupação e o primeiro obstáculo da fachada imediatamente oposta não inferior a 1,50 metros.
- As ocupações não devem obstruir o acesso aos imóveis contíguos, salvo com a apresentação da autorização expressa dos proprietários/arrendatários do imóvel em causa.
- Nas vias de circulação de automóveis compreendidas dentro dos limites da zona de trânsito condicionado de Alfama, as ocupações devem sempre garantir um espaço livre de 3,00 a 3,50 metros, entre o limite da ocupação e o primeiro obstáculo da fachada imediatamente oposta, para a circulação de veículos.
- Nas vias de circulação de automóveis que se encontrem fora dos limites da zona de trânsito condicionado, as ocupações devem limitar-se às bolsas e recuos existentes nos passeios de forma a garantir a livre circulação de viaturas e peões.
- Os largos, becos, pátios e praças podem ser ocupados, desde que não obstruam o acesso aos edifícios contíguos.

8- Restrições

- As ocupações temporárias devem ser realizadas em espaços tradicionais ou, em alternativa, em locais que visem a dinamização da cidade, previamente estabelecidos no presente plano.
- As zonas ajardinadas e miradouros não devem ser ocupados em nenhuma circunstância, exceto se assinalado em planta.
- As ocupações não devem pôr em risco transeuntes, bens móveis e imóveis, árvores, equipamentos públicos e mobiliário urbano existente.
- As ocupações do espaço público devem orientar-se por critérios culturais de tradição local.
- As decorações tradicionais no percurso das marchas populares e festejos de Santo António, nomeadamente bandeiras e festões, devem ser colocadas a altura não inferior a 3,85 metros do solo.
- Não serão permitidas puxadas de eletricidade e água da rede pública.
- Não serão permitidas ocupações em vãos e patamares de escadas, exceto as assinaladas em planta.
- Não serão permitidas ocupações por stands/quiosques de marcas de bebidas na área geográfica da Freguesia

9 – Condições do Mobiliário

O mobiliário deve respeitar critérios básicos de segurança, designadamente:

- Não ser inflamável;
- Ser isento de arestas vivas, elementos pontiagudos irregulares ou cortantes;
- Ser amovível e de fácil remoção;
- O mobiliário deve cumprir os critérios estabelecidos pela entidade licenciadora.

10 – Prioridades

Dever-se-á em todas e quaisquer circunstâncias:

- Garantir a segurança de pessoas e bens;
- Salvar os direitos dos residentes dos imóveis contíguos aos locais solicitados;
- Salvar os canais destinados à livre circulação dos veículos prioritários e de emergência.

11- Avaliação, Licenciamento e Fiscalização

A avaliação e licenciamento das ocupações do espaço público no âmbito das Festas da Cidade de Lisboa competirá à Junta de Freguesia de São Vicente.

- A fiscalização será assegurada pela Polícia Municipal, Divisão de Gestão Territorial da Junta de Freguesia e demais entidades com competências na área da fiscalização de atividades económicas.

12 - Obrigações dos detentores/titulares das licenças

- Constituem obrigações dos detentores/titulares das licenças, sendo estas pessoais e intrasmissíveis;
- Salvar dos bens públicos e privados existentes;
- Urbanidade e respeito pelas ocupações vizinhas;
- Cumprimento do Regulamento Geral do Ruído;
- Salvar a fluidez do trânsito pedonal e de meios de transporte de emergência;
- Limpeza e manutenção diária das condições de higiene nos locais em que decorrem as ocupações, durante o tempo do seu funcionamento;
- Ficam ainda obrigados à desmontagem de todas as estruturas/equipamentos e a remoção dos mesmos, de forma a repor o local nas condições iniciais; responsabilizando-se por todos os danos no espaço público decorrentes da ocupação;
- Responsabilizar-se pela correta instalação do mobiliário;

- Para além das referidas, ficam ainda sujeitos às obrigações e condicionamentos que venham a ser determinados pela entidade licenciadora.

13 - Incumprimento

- O incumprimento das obrigações pelos detentores/titulares da licença poderá determinar a instauração de procedimento contraordenacional.

14 – Omissões

- Os casos omissos serão resolvidos nos Termos do Regulamento do Mobiliário Urbano e da Ocupação do Espaço Público, Edital 101/91, de 1 de abril de 1991, no Decreto-Lei 163/06 de 8 de agosto de 2006, e na Tabela de Taxas e outras Receitas Municipais, aprovada anualmente junto ao Regulamento do Orçamento e aplicada na Freguesia face ao disposto na alínea g) do art.º 12.º da Lei n.º 56/2012 de 8 de novembro

15 – Taxas

- A taxa a aplicar é a seguinte:
- art. 9.2.1.2 - 3,60€ m2/dias - para venda de produtos alimentares (aplica-se às ocupações com venda de produtos alimentares e de forma autónoma, com a sua exposição e/ou confeção realizada no próprio local).

16 - Revisão

- As ocupações temporárias previamente estabelecidas ficam sujeitas a alteração mediante revisão anual dos locais propostos para a sua localização.

Aprovado em Reunião de Executivo da Junta de Freguesia de São Vicente 24/3/2018

Aprovado em Reunião de Assembleia da Junta de Freguesia de São Vicente 23/4/2018

